

A DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL: PRÁTICAS INCLUSIVAS A PARTIR DE EXPERIÊNCIAS NO ESTÁGIO DOCENTE

Autora: Elizângela Gomes Fernandes – UEPB/Brasil

elizangelagfernandes@gmail.com

Co-autora: Glória Maria Leitão de Souza Melo – UEPB/Brasil

profgmls@hotmail.com

Resumo: O presente artigo tem como objetivo principal discutir a diversidade étnico-racial, numa perspectiva inclusiva, no currículo da Educação Infantil. São reflexões decorrentes de uma experiência docente, durante Estágio Supervisionado neste nível de educação. Trata-se de um estudo de caráter qualitativo e de uma pesquisa do tipo pesquisa-ação. O campo de investigação foi uma instituição pública de Educação Infantil, do município de Campina Grande – PB, localizada na zona urbana desta cidade. Os sujeitos envolvidos foram crianças na faixa etária de 4 a 5 anos, e a própria pesquisadora na condição, também, de professora estagiária. Para coleta de dados, fizemos uso de observações às atividades planejadas e propostas às crianças, destacando o envolvimento dessas crianças com o meu objeto de estudo, a questão da diversidade étnico-racial. As observações eram registradas, durante o referido estágio, em “diário de campo”. Para respaldar nossas discussões, busquei respaldo em estudos realizados por: Paniagua e Palácios (2007); Weber (1994); Oliveira (2006), dentre outros. O estudo evidencia, que práticas curriculares e pedagógicas na Educação Infantil, podem ser constitutivas de experiências que propiciem, às crianças, respeito à diversidade étnico-racial. Por fim, concluímos que se faz necessário, no processo de formação docente, a intensificação do debate acerca de conteúdos culturalmente elaborados, a serem incluídos e explorados no interior dessas práticas, desde a Educação Infantil.

Palavras-chave: Educação Infantil; Diversidade Étnico-Racial; Estágio Docente; Práticas Pedagógicas Inclusivas.

1. INTRODUÇÃO

A Educação Infantil se constitui de um espaço, por excelência, de interação social, onde a criança, desde mais tenra idade, aprende a conhecer melhor a si mesmo, seu próprio corpo, bem como a lidar com diferenças e semelhanças, quando interage com seus pares. Neste espaço, elas também demonstram suas preferências por brinquedos e com quem brincar. Práticas pedagógicas, consideradas inclusivas, desenvolvidas no interior de instituições que oferecem este nível de educação, devem propiciar atividades que permitam à criança lidar com a diversidade, a exemplo da diversidade étnico-racial

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br

www.cintedi.com.br

O presente artigo resulta da nossa experiência no Estágio Supervisionado IV – estágio de docência na Educação Infantil, desenvolvido a partir de um Projeto de Atuação e Intervenção Docente – PAID, e tem como objetivo principal discutir a diversidade étnico-racial, enquanto tema que favorece práticas pedagógicas inclusivas, no currículo deste nível de educação. Para tanto, tomamos como base de discussão, algumas atividades realizadas por crianças de uma turma da Pré-Escola, bem como, por algumas experiências por elas vivenciadas durante o desenvolvimento do PAID.

O trabalho com a diversidade étnico racial na Educação Infantil pode favorecer a aquisição de valores e de atitudes que contribuem para a socialização de saberes e o respeito às diferenças, pelas crianças, desde mais tenra idade. É possível observar, por alguns anos, que esses saberes na história do Brasil foram degradados da cultura nacional, promovendo assim, a refusão de identidades e culturas de classes menos favorecidas nas questões sociais, políticas e econômicas.

Ademais, o trabalho com a diversidade étnico-racial, no ambiente escolar, podem contribuir, dentre outras, para a superação de situações cotidianas atravessadas pelo racismo e por outras formas correlatas de discriminação, para o exercício dialógico na convivência com a diversidade e com o respeito às diferenças – orientações observadas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-racial e para o Ensino de História e Cultura Afro brasileira e Africana e da cultura indígena (BRASIL, 2003), e na atual Base Nacional Comum Curricular (BNCC) , quando apresenta, no capítulo destinado à Educação Infantil, os Campos de Experiências (BRASIL, 2017). Prática pedagógicas consideradas inclusivas, neste nível de Educação, podem contribuir para o enfrentamento desta problemática.

Discutir a diversidade étnico-racial, desde a Educação Infantil, implica reconhecer que este nível de educação apresenta, também, como função, inserir a criança na cultura. Inserindo-se na cultura, a criança é oportunizada a aprender seus costumes, sua história, e a construir conceitos e opiniões, bem como, a construir sua própria cultura. Para Sarmento (2005), a criança, como ser social pleno, é dotada da capacidade de ação cultural criativa. Para Gomes (2007, p. 32), a cultura africana e afro-brasileira, explorada em práticas pedagógicas da Educação Infantil, representa um exemplo dessa inserção, que pode favorecer aprendizagens de comportamentos distantes de atitudes preconceituosas e de discriminação com o negro. Ou seja, a criança aprende cultura. Sobre isso, Gomes (2007, p.32), também, ressalta que:

A cultura é aprendida. Poderíamos dizer que ela não é uma herança inexorável dos indivíduos, senão são os próprios que devem realizar percursos de inserção (aprendizagem) na cultura de seu grupo. Um ser humano que não tenha essa possibilidade, isto é, alguém que não cresça em contato com uma qualquer cultura, dentro de um grupo humano, sozinho não reinventa a cultura do seu grupo e nem inventa a sua própria – posto que se trata de algo da ordem do social e do coletivo.

Nesse sentido, ao explorar a diversidade étnico-racial junto às crianças da Educação Infantil, não estaremos apenas oportunizando-as a construir percepções e valores sociais acerca de práticas de discriminação racial, por exemplo, mas à aprender cultura. Através da Lei, 10.639/2003, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais (BRASIL, 2009) instituições escolares têm-se voltado para a vivência de projetos pedagógicos que visam a valorização da cultura negra no âmbito das relações sociais e da história.

1.1 Breves considerações sobre o percurso metodológico

Na organização do percurso metodológico, optamos por um estudo de caráter qualitativo, do tipo Pesquisa Exploratória. Uma abordagem qualitativa, no dizer de Gerhardt e Silveira (2009), se preocupa em compreender e explicar dinâmicas e relações sociais. Para Minayo (2001), significados, valores, crenças, dentre outros, observados em fenômenos, são trabalhados numa abordagem dessa natureza. Nesse sentido, nosso objeto de estudo, a diversidade étnico-racial, é considerado um fenômeno que carrega significados e valores. Não temos a pretensão de explorar a dinâmica deste fenômeno, em sua exaustão, mas discutir significados que possam ampliar o debate junto aos profissionais que atuam nesta primeira etapa da educação básica.

Uma pesquisa exploratória, segundo Gil (2007), tem o objetivo de propiciar uma maior familiaridade com o problema investigado, de modo a torna-lo mais explícito. Discutir o objeto de estudo desse trabalho de investigação científica, de modo a torná-lo mais evidente junto aos mencionados profissionais, justifica a escolha por esse tipo de pesquisa no percurso metodológico adotado.

Por ocasião do nosso Estágio Supervisionado IV – estágio de docência – uma instituição pública de Educação Infantil, localizada em Campina Grande-PB/Brasil, tornou-se

nosso campo de investigação. Os sujeitos envolvidos, crianças entre 4 a 5 anos de idade, que frequentavam a Maternal II desta instituição.

Para a constituição do corpus, a coleta de dados foi realizada através de observações às crianças, quanto às suas interações e envolvimento, por meio de atividades que exploravam a diversidade étnico-racial, planejadas durante a vivência do PAID. Nessa constituição, ainda incluímos recortes de nosso diário de campo, utilizado no mencionado estágio.

2. ELEMENTOS PARA UMA BREVE DISCUSSÃO SOBRE DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL

Gomes Apud Dias (1997, p. 51) ao discutir saberes ao educador da primeira infância, destaca seu papel de “protagonistas da educação infantil”, e ressalta a necessidade, deste profissional, de apropriar-se do profundo conhecimento do mundo infantil, das questões culturais relacionadas aos povos que formam o Brasil e da visão crítica social e cultural de sua realidade.

Compreender a diversidade étnico-racial como produto histórico, social, cultural e político das heterogeneidades, nos remete as relações de poder, e ao crescimento das discrepâncias e da crise econômica no contexto nacional e internacional. Seria medíocre, nesse debate, não reconhecer as implicações da desigualdade socioeconômica sobre toda a sociedade do século XXI. Nesse contexto, deve-se levar em consideração os atuais avanços e desafios dos grupos populares e das marchas sociais em relação ao acesso à educação no contexto das desigualdades socioeconômicas e da diversidade étnico-racial que teve início no Brasil, posteriormente, à reabertura política em meio aos anos 80 (GOMES, 2012, p. 687).

O exercício da cidadania, proposto na Constituição Federal (BRASIL, 1988), sugere, dentre outras, a valorização de heranças étnico-racial que formam uma nação, e cada sujeito presente em sala de aula. No âmbito escolar essa valorização está associada a práticas curriculares e pedagógicas, que devem ser constitutivas de princípios, ações e comportamentos referentes ao respeito às diferenças e ao cumprimento de direitos concedidos a todos os seres humanos. Desta forma, é possível promover a formação de sujeitos em uma sociedade mais justa com o próximo, que refuta a perseguição das diferenças e que não permite o prejulgamento de forma simplista, grosseiro e maniqueísta.

A diversidade étnico-racial é uma das bases para o trabalho da Educação, desde a Educação Infantil, visto que, sua função sociopolítica se baseia no respeito, na celebração e na

promoção das diferenças. Pois, tanto as crianças menores como as maiores assimilam conhecimentos sociais, essencialmente, pela interação com adultos (PANIAGUA & PALACIOS, 2007, p. 19).

Não se pode negar o direito a inclusão e o fortalecimento da identidade, da autoestima e da autonomia da criança, na Educação Infantil. Assim, a escola garante o desenvolvimento cognitivo e social, a partir da prática docente no processo de aprendizagem e desenvolvimento, no qual se valorize temáticas relacionadas ao patrimônio histórico-cultural dos diversos povos existentes no Brasil.

A escola é o ambiente de descobertas para a criança, será nele que ela aprenderá a conviver com críticas, competições, perdas e realizações. Em função disso, para algumas crianças negras ou indígenas existirá oposições próprias de aceitação promovidas pelo vínculo de sua identidade com estereótipos difundidos pela sociedade. Ou seja, a criança poderá internaliza essas generalizações culturais através do olhar do outro, por estar em processo de desenvolvimento emocional, cognitivo e social. Por consequência, será este processo de interiorização que contribuirá para a sua autoestima. Assim, as práticas docentes multiculturais deverá ter como finalidades o reconhecimento mútuo, a aceitação e a valorização do outro, a conversa entre as relações culturais, para a formação de autoconhecimento e de autoestima positiva entre todas as crianças na sala de aula (MOREIRA; CADAU 2003, p.165).

Isto posto, consideramos o âmbito escolar como oportunidade, para a criança, de desenvolver a capacidade de questionar e de ter consciência de sua identidade. O processo educativo pode ser uma via de acesso para o resgate ao sentimento de pertença, desta criança, ao seu grupo social, pelo fato deste ambiente ser considerado ponto de encontro e de embates das diferenças étnico-raciais, devido a miscigenação populacional que nela frequenta, podendo ser, por conseguinte, espaço eficaz para minimizar e prevenir o processo de exclusão social e discriminação racial.

3. A DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL NO CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Neste item, apresentaremos algumas considerações legais e teórica-conceituais sobre diversidade étnico-racial, bem como, das suas relações com o currículo na Educação Infantil, afim de que possamos melhor compreender como essa temática pode integrar o currículo deste nível de educação.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – DCNEI - determina que o currículo da Educação Infantil são “as práticas educacionais organizadas em torno do conhecimento e em meio às relações sociais que se travam nos espaços institucionais, e que afetam a construção das identidades das crianças” (BRASIL, 2009). Desta forma, o currículo busca vincular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, científico e tecnológico da sociedade mediante práticas docentes delineadas e continuamente avaliadas que organizam o processo educacional diário das instituições.

Para isso, será necessário que o currículo esteja em consonância com a Lei 10.639/2003 das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais Curriculares Nacionais, a Lei 11.645/2008 que acrescenta a história indígena na temática História e Cultura Afro-Brasileira, e na Lei n. 9.394/96¹, excepcionalmente, destacando o artigo 26 que já tornava obrigatório a inclusão do ensino da História da África e da Cultura Afro-Brasileira nos currículos dos estabelecimentos de ensino público e particular da educação básica. Estes documentos oficiais citam as garantias legais, resultantes das lutas do Movimento Negro, atuante no século XX, em benefício da educação pública de qualidade, que podem promover, nas instituições escolares da educação básica, a implementação de projetos educativos destinados à valorização da cultura negra nos domínios sociais, históricos, econômicos, educacionais e culturais. Além disso, ambos, são necessários para assegurar o direito de igualdade de condições de vida e a cidadania e a igualdade de direito às histórias e culturas que compõem a nação brasileira através da promoção ao acesso às diferentes fontes de cultura nacional a todos os brasileiros (BRASIL, 1996).

Contudo, para que o currículo tenha finalidade em valorizar às identidades dos diferentes sujeitos que estão numa mesma sala de aula, deverá priorizar a perspectiva política dos conceitos de raça e etnia, para que então, venha a desconstruir durante sua elaboração estereótipos e estigmas que estão arraigados historicamente em alguns grupos sociais.

O conceito de raça foi redefinido, a partir da década de 70, pelo Movimento Negro e por estudiosos simpatizantes deste movimento, como uma concepção social lapidada na inquietante convivência entre brancos, negros e indígenas de forma evolutiva à definição biológica do século XIX (NOGUEIRA; FELIPE; TERUYA, 2008, p.4). Politicamente, citando o conceito de raça, Silva (apud. BRASIL, 2004) afirma que ele está associado à características físicas, como por exemplo, a cor da pele, tipo de cabelo, conformação facial e

¹ *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB*

cranial, ancestralidade e genética que passam a influenciar e estabelece o propósito social dos sujeitos, na intrínseca organização da sociedade brasileira.

Em relação ao termo étnico, Weber (1994), reescreve a concepção referida por Vacher de Lapouge e determina étnico como:

[...] grupos humanos que, em virtude de semelhanças nos hábitos externos ou nos costumes, ou em ambos, ou em virtude de lembranças de colonização e migração, nutrem mera crença subjetiva na procedência comum, de tal modo que essa se torna importante para a propagação de relações comunitárias, sendo indiferente se existe ou não uma comunidade de sangue efetiva (WEBER, 1994, p. 270),

Ou seja, etnia está relacionada ao âmbito cultural; às comunidades humanas que apresentam afinidades linguísticas, culturais e de princípios. Não sendo, assim, necessário ter semelhanças genéticas, como internamente está associado o conceito de raça.

No Brasil, as manifestações culturais, em cada localidade, são de origem étnico-racial que se tornam expressivas: nas danças e festas como o bumba meu boi, maracatu, caboclinhos, carnaval, ciranda, coco, terno de zabumba, marujada, reisado, frevo, cavalhada e capoeira; nos costumes religiosos como nas procissões organizadas pela igreja católica, na festa de Iemanjá e na lavagem das escadarias do Bonfim; na literatura, com o Cordel, as cantigas e os romances; no artesanato através das expressões culturais que usam a renda, a argila, o cipó, o couro, a pedra sabão, o ouro, o bronze e a madeira; na culinária com os pratos típicos de carne de sol, de peixes, de frutos do mar, da buchada de bode, do sarapatel, do acarajé, do vatapá, do cururu, do feijão-verde, da canjica, do arroz-doce, do bolo de fubá cozido, do bolo de massa de mandioca, da broa de milho verde, da pamonha, da cocada, da tapioca, do pé de moleque, do churrasco, do sushi, da pizza, da macarronada entre tantos outros².

Todavia, apesar da miscigenação (cultura, costumes e valores) populacional que forma o povo brasileiro e dos documentos oficiais orientadores para o ensino da diversidade étnico-racial, nas instituições de educação básica, é comum a falta de admissão dos conteúdos nos termos das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008.

[...] O grande desafio é esse contexto das resistências, da democracia racial, de reconhecimento do racismo e do que o racismo significa na escola e na vida de pessoas negras e brancas que circulam pela escola pública brasileira. Esse contexto inviabiliza o enraizamento da lei. Juntamente com isso, ainda precisamos de políticas públicas mais efetivas que garantam a

² Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cultura/2009/10/cultura-afro-brasileira-se-manifesta-na-musica-religiao-e-culinaria>.

implementação da lei. Temos em nível macro iniciativas, mas as iniciativas em nível micro ainda deixam muito a desejar. Temos hoje o desafio de enraizar a lei nas práticas pedagógicas e na gestão, tanto no sistema de ensino, nas secretarias estaduais e municipais, quanto nas escolas [...] (GOMES, 2010, p. 7).

A concretização dos instrumentos normativos legais supracitados, nas práticas curriculares e pedagógicas da Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, incorpora todas as crianças matriculadas, de maneira a garantir o direito ao desenvolvimento e aprendizagem, através de ambientes educativos propícios às práticas docentes de conteúdos, que tratam das questões de diversidade racial e cultural.

4. HISTÓRIAS, MÚSICAS E DESENHOS NA EXPLORAÇÃO DA DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL: NOSSA EXPERIÊNCIA NO PROJETO DE ESTÁGIO DOCENTE NA PRÉ-ESCOLA.

Ao iniciarmos o Estágio Supervisionado IV foi necessário a elaboração do PAID, de acordo com reflexões teóricas e metodológicas próprias para o tema escolhido, e junto a este, a preocupação com recursos fundados na ludicidade e na criatividade das crianças, através de músicas, da exibição de vídeos, da confecção das maracás (instrumento musical), da contação de histórias, da caricatura, da pintura e da encenação com fantoches. A seguir, expomos e analisamos algumas das experiências com o PAID.

No primeiro dia de execução do PAID, na Pré-Escola, as crianças foram oportunizadas a assistirem uma encenação da mesma música: “Normal é ser diferente”, por meio de fantoches, conforme figura 1.

Figura 1: Teatro de fantoches com a música “Normal é ser diferente”.



Fonte: Dados da pesquisa.

Foi impressionante a intensidade da interação que as crianças procuraram manter os fantoches, bem como, a concentração e às respostas, quando questionados pelos personagens. Ao término da apresentação, as crianças foram instruídas a desenhar seus amiguinhos de sala de aula, com às mesmas diferenças citadas pelos personagens (fantoches) que narraram a história cantada. Para esta atividade, distribuiu-se folhas de ofício, lápis grafite e lápis de colorir. Como retrata às figuras 2 e 3.

Figura 2: Desenho das diferenças observadas nos personagens que apresentaram a música.



Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 3: Desenho das diferenças observadas nos personagens que apresentaram a música.



Fonte: Dados da pesquisa.

A reciprocidade manifestada pelas crianças, diante da contação de história, foi significativamente notável nos gestos, sorrisos e tom de voz. Circunstâncias estas, que se traduzem em momentos de aprendizagem. Conforme Paniagua e Palacios (2007, p. 176), é básico no processo de ensino-aprendizagem, aplicado a educação de crianças, o equilíbrio entre novidade e reiteração, ser efetivado por brincadeiras, brinquedos, cantigas, histórias, etc. Diante disso, a instrução escolar étnico-racial se torna importantíssima, ao levar em conta a contação de histórias como ação educativa infantil que diverte, promove a capacitação intelectual de forma lúdica e motiva a investigação do meio, a tomada da cultura e a relação com adultos ou iguais. Compartilhando deste mesmo pensamento, Marinho (1922, apud Hoffmann e Silva, 1995, p.55), relata que as narrações fantasiosas e recreativas serão momentos de significações abertas as emoções, ao sonho e a imaginação, criando a circunstância ideal ao aperfeiçoamento da instrução social e a composição de conceitos por toda a idade pueril.

Quanto à atividade de reprodução gráfica das diferenças citadas pelos fantoches e observadas entre eles, Piaget (apud FARIA 2002, p.39) retrata, que na fase pré-operacional (entre 2 e 7 anos de idade) a capacidade cognoscitiva relevante é a substituição de um objeto ou acontecimento por representações através da linguagem, imitação diferida, imagem mental,

desenho e jogo simbólico. Lowenfeld (1977) cita que o desenho implica na formação de um novo significado para um conceito, valor, habilidade que a criança observa e vivencia, ao agregar de forma complexa novos sentimentos e impressões.

Outra experiência durante nosso estágio de docência, com a temática em foco, ocorreu a partir da contação da história: “Menina bonita do laço de fita”. Para tanto, fui caracterizada pela personagem da história. Foi perceptível, no olhar das crianças, a enorme admiração frente à nossa caracterização (avental e cabelos com fita) e com o cenário montado na sala de aula.

Conforme Paniagua e Palacios, (2007, p. 176), experiências dessa natureza surgem como novidade de um material que remete a um número considerável de práticas como: o aparecimento de uma grande caixa na sala de aula, as bandejas com diferentes substâncias ou de um monte de tecidos, por exemplo, e que impulsionam a curiosidade e a atenção de todas as crianças a experimentar. As crianças permaneceram no tapete, à medida que a história era contada. Indagamos sobre os personagens: Quem conhece esta menina? Ela é branca ou pretinha? As crianças responderam entre gritos e risadas, principalmente, quando foi relatado que o coelho iria se casar com a menina bonita do laço de fita.

Com isso, pretendeu-se valorizar heranças étnicas, e ações e comportamentos referentes ao respeito das diferenças e do cumprimento de direitos atribuídos a todos os seres humanos. Ratificamos, assim, que a abordagem didático-pedagógica étnico-racial na Educação Infantil, por meio de atividades, como a contação da história mencionada, além de provocar a curiosidade, também permite a exploração, o diálogo, a repetição de habilidades, a recordação da brincadeira e o aprofundamento em sua utilização. Contudo, esta ação docente, deverá ocorrer em um ambiente seguro e previsível de forma que prevaleça a reiteração (PANIAGUA; PALACIOS, 2007, p. 176).

Os ambientes coletivos educacionais, nos primeiros anos de vida, são espaços privilegiados para propiciar a anulação de qualquer forma de preconceito, racismo e discriminação, contribuindo para que as crianças, desde o início de sua vivência, compreendam e se envolvam conscientemente em ações que saibam, identifiquem e enalteçam a importância dos diferentes grupos étnico- raciais para a história e cultura brasileiras (BRASIL, 2003). Após, a narrativa da história, quando as crianças receberam a atividade de colorir o desenho com a imagem da “Menina bonita do laço de fita, observamos que os desenhos podiam representar conversas, sentidos, sentimentos, e pensamentos, seja nos desenhos realizados no papel, no cartaz, na parede, na pedra, por meio de materiais variados.

Estes podiam representar a concretização da língua diante da comunicação humana (BRASIL, 1998).

Dessa maneira, foram ocorrendo às experiências de exploração da diversidade étnico-racial, de forma atraente e curiosa para as crianças. A música parecia fortalecer a autoestima, a reciprocidade, a participação e a cooperação (BRITO, 2003, p. 69, apud LANDGRAF, 2016, p.7). As crianças se relacionavam de forma particular com a música, quando também fabricavam os meios sonoros que utilizam para produzi-la. Além disso, a maracá é um objeto cultural da população indígena, instrumento usado para marcar o ritmo da dança.

Por fim, o término do estágio foi marcado por comemoração e despedida das crianças. Organizamos a sala de aula com refrigerantes, doces e salgados. O clima era de festa. As crianças estavam eufóricas, pois, perceberam que havia algo diferente. Alguns repetiam que era aniversário da personagem da “Menina bonita do laço de fita”. Era o último dia da execução do projeto e de encontro com as crianças. Após organização do ambiente, iniciamos a conversa com as crianças, retomando valores, atitudes e hábitos de respeito e aceitação da diversidade étnico-racial, abordadas nas atividades didático-pedagógicas durante os encontros, através de uma peça com os fantoches de personagens que apresentavam diferenças físicas citadas na música: “Como é bom ser diferente”. Logo após a conversa, foi dito para as crianças que a festa era para comemorar o aniversário da personagem, “Menina bonita do laço de fita”. Foi uma feliz festa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final deste estudo, a partir do que foi aqui discutido, tanto no aspecto teórico quanto prático, é perceptível à assertiva, no que se refere à exploração da Diversidade Étnico-Racial na Educação Infantil, tornando, assim, a educação formal motivadora, ativa e inclusiva. Pois, as crianças se depararam com um processo de assimilação distinto do tradicional que cria possibilidades de liberdade, no aprender de conteúdos programáticos, no compreender das diferenças culturais e raciais, na apreensão de culturas, na manifestação do pensamento, nas expressões artísticas e do saber, no multiplicar de ideias e de concepções e na valorização da heterogeneidade étnico-racial.

Com a encenação de fantoches, ao contar a estória da Menina bonita do laço de fita, na confecção e no tocar das maracás, se tornou fato a intensa interação na comunicação com os personagens da representação teatral e da história contada, e com os sons emitidos

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br

www.cintedi.com.br

pelo choque das sementes nas paredes do instrumento sonoro. As crianças puderam acrescentar suas vivências sociais e culturais, a partir de todas as experiências durante o PAID.

Foi possível identificar, durante a aplicação das atividades, o desenvolvimento de várias habilidades e competências, seja, no teatro de fantoches, na confecção das maracás com garrafas pet, na contação de histórias, na exibição de vídeos, no desenhar e no colorir. Nesse contexto, a aprendizagem é assegurada pelas próprias condutas das crianças quando manipula, conhece, percebe e toca os objetos ou mesmo da interação com outros “coleguinhas” na sala de aula (BARBOSA, 2010, p.128).

Nesta perspectiva, diante de todas às ações realizadas, percebeu-se, como cita Ostetto (2012, p.128), que o estágio, como parte do processo formativo de docentes, uma ação pessoal comprometida com a Educação Infantil, o que presume atitudes arbitrárias e propõe reflexões particulares e contextualizadas. Não será apenas o cumprimento de transmissão dos conteúdos, do planejar e executar um plano de ensino com inovações. É compreender que há possibilidades de ajustes no planejamento e nas práticas, e não só reproduzir e concretizar o pensamento.

A convivência, no período de estágio, com as crianças, com as professoras e com os demais membros da instituição, permitiu conhecer a realidade e a importância de um professor na Educação Infantil, e despertou motivação em desenvolver práticas docentes inovadoras que atribuam à aprendizagem, significados.

REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, A.; RODRIGUES, T.C.; CRUZ, A.C.J. **A diferença e a diversidade na educação.** Contemporânea, São Carlos, n. 2, p. 85-97, ago-dez. 2011.

BARBOSA, M. C. As especificidades da ação pedagógica com os bebês. ANAIS DO I SEMINÁRIO NACIONAL: CURRÍCULO EM MOVIMENTO – Perspectivas Atuais. Belo Horizonte, nov. 2010. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2010-pdf/7154-2-2-artigo-mec-acao-pedagogica-bebes-m-carmem/file> > Acesso em: 01 out. 2016.

BRASIL. **Constituição (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

_____. **Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003.** Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial da União, 1º jan. 2003. Disponível em:

< www.mp.rs.gov.br/infancia/legislacao/id221 > . Acesso em: 13 fev. 2018.

_____. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, 23 dez. 1996. Disponível em: < www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm > . Acesso em: 27 ago. 2017.

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br

www.cintedi.com.br

_____. Plano de implantação das diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Brasília: Ministério da Educação & Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, 2009. Disponível em: <portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task>. Acesso em: 13 mar. 2018.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. **Referencial Curricular para a Educação Infantil**, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 3v. 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Brasília, 2004. Incluindo Parecer 03/2004 – CNE, Resolução 01/2004 – CNE e Lei 10.639/2003.

DIAS, L. R. **No fio do horizonte**: educadoras da primeira infância e o combate ao racismo [tese de doutorado em Educação]. São Paulo: Universidade de São Paulo –Faculdade de Educação, 2007.

FARIA, V. L. B. de; DIAS, F. R. T. de S. **Currículo na educação infantil**: diálogo com os demais elementos da Proposta Pedagógica. São Paulo: Scipione, 2007.

FARIA, A. R. de; O período pré-operacional e operacional concreto. In:_____. Desenvolvimento da criança e do adolescente segundo Piaget, ed. São Paulo: Ática, 2002. 4 ed. 3 reimpressão, cap. 3, p. 38-48.

GERHARDT, Tatiana Engel. SILVEIRA, Denise Tolfo (Orgs). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GOMES, Ana Maria Rabelo. Aprender a cultura. In: GUTIERREZ, A.; LOUREIRO, H.; FIGUEIREDO, B. **Cultura e Educação**: parceria que faz história. Belo Horizonte: Mazza Edições; Instituto Cultural Flávio Gutierrez/MAO, 2007. p. 29-43.

GOMES, N. Implantação da lei 10.639 esbarra na gestão do sistema e das escolas. Revista nação escola. Florianópolis: Atilénde Editora, n. 02, abr. 2010. Disponível: <https://issuu.com/gastaocassel/docs/revista_versaofinal_72dpi>. Acesso em: 20 mar. 2018.

GOMES, N. L. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil**: uma breve discussão, 2010. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/10/Alguns-termos-e-conceitos-presentes-no-debate-sobre-Rela%C3%A7%C3%B5es-Raciais-no-Brasil-uma-breve-discuss%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

HOFFMANN, J.; SILVA, M. B. G. da. **Ação educativa na creche**. Porto Alegre: Mediação, 1995.

LOWENFELD, V. **A criança e sua arte**. São Paulo: Mestre Jou, 1977.

MINAYO, M. C. de S. O desafio do conhecimento. 10. ed. São Paulo: HUCITEC, 2007.

OLIVEIRA, V. B. de (Org.). O brincar e a criança do nascimento aos seis anos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

OSTETTO, L. E. O estágio curricular no processo de tornar-se professor. In:_____. Educação Infantil. 5. ed., Campinas, Papirus, 2012, p.126-138.

PANIAGUA, G.; PALACIOS, J. Educação infantil: resposta educativa à diversidade. Porto Alegre: Artmed, 2007.

PENNA, M. Poéticas musicais e práticas sociais: reflexões sobre a educação musical diante da diversidade. Revista da ABEM. Porto Alegre, V. 13, 7-16, set. 2005. Disponível em: <<http://www.abemeducaomusical.com.br/revistas/revistaabem/index.php/revistaabem/article/view/320>> Acesso em: 02 fev. 2018.

Weber, M. (1994). Economia e sociedade. Brasília: UNB.

VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente. 3. ed. São Paulo: Martins Fonte